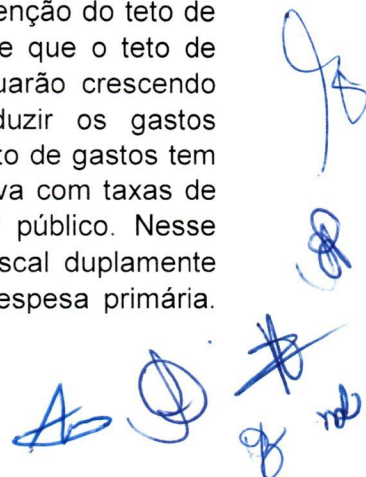


IPRESMAT – INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA DE SÃO MATEUS DO SUL

ATA Nº 013/2019 Reunião de 14 de Dezembro 2019

Ata Reunião Ordinária do Comitê de Investimentos do IPRESMAT - Diretoria Executiva e Conselho Administrativo e Fiscal do IPRESMAT - Instituto de Previdência dos Servidores Públicos do Município de São Mateus do Sul - PR. Aos quatro dias mês de dezembro de dois mil e dezenove, as quatorze horas, na sede do IPRESMAT, reuniram-se a Presidente Executiva do IPRESMAT, e os membros do Comitê de Investimentos para deliberarem sobre a apresentação da carteira de investimentos do IPRESMAT e cenário econômico no mês de outubro de 2019, seguindo apresentação da minuta da Política de Investimentos 2020, e assuntos diversos. Dando início ao encontro, a presidente do IPRESMAT, Sra. Patrícia Molenda, saúda aos presentes e passa a palavra ao Sr. Pery, consultor de valores mobiliários da FAHM, que passa a discursar acerca dos principais fatos econômicos que ocorreram no mês de outubro de 2019 e que impactaram a carteira de ativos do IPRESMAT. Segundo o Consultor, no mês de outubro, tivemos uma melhora na perspectiva de dois dos riscos mais proeminentes para a economia global. Primeiramente, em relação à guerra comercial entre Estados Unidos e China, os dois países estão caminhando para um acordo parcial. Este inclui o adiamento por tempo indeterminado dos aumentos de tarifas que estavam agendadas para outubro e dezembro de 2019. Em segundo lugar, na Europa, o prazo final para o Brexit foi adiado de 31 de outubro para 31 de janeiro, em meio a sinais incipientes de um possível acordo entre o Reino Unido e a União Europeia. Apesar de os dados econômicos continuarem indicando fraqueza na economia global, há sinais iniciais de estabilização. Em meio a essa melhora de alguns riscos políticos globais e de uma incipiente estabilização do crescimento, importantes bancos centrais sinalizaram uma pausa nas medidas de afrouxamento monetário. O banco central norte-americano, cortou juros nas suas últimas três reuniões, realizando o chamado *insurance cut* (*corte na taxa básica de juros*), trazendo a taxa de juros de 2,4% para 1,6%. No entanto, o Banco Central norte-americano indicou que a partir de agora pretende manter os juros estáveis por um período e avaliar os efeitos das medidas adotadas. Os sinais vindos do Banco Central Europeu também indicam que o BCE não deve se mexer nos próximos meses, após ter implementado um pacote de medidas em setembro, incluindo a retomada do Quantitative Easing (flexibilização da política monetária). O balanço de riscos para a economia global ainda é negativo. O acordo entre Estados Unidos e China ainda não foi finalizado. O drama do Brexit ainda não está resolvido e teremos uma eleição em dezembro no Reino Unido que pode voltar a embaralhar o cenário. Todavia, apesar dos dados recentes apresentarem uma tentativa de estabilização, ainda é cedo para dizer se a economia global realmente está se estabilizando ou se a desaceleração ainda vai se aprofundar. Aqui, o governo anunciou uma série de medidas para complementar o processo de ajuste fiscal e para tentar elevar a produtividade da economia. Nesse amplo conjunto de medidas, o mais urgente é a redução dos gastos obrigatórios, que viabilizam a manutenção do teto de gastos nos próximos anos. O problema, segundo o Consultor, é de que o teto de gastos sem nenhuma nova reforma, os gastos obrigatórios continuarão crescendo acima da inflação, e para manter o teto será necessário reduzir os gastos discricionários para níveis que são politicamente insustentáveis. O teto de gastos tem sido uma âncora fiscal importantíssima e permite que o Brasil conviva com taxas de juros baixas, apesar do elevado nível de endividamento do setor público. Nesse sentido, é essencial manter o teto de gastos que tem um efeito fiscal duplamente importante, pois reduz os juros pagos pelo governo e controla a despesa primária.



Acabar ou flexibilizar o teto de gastos em um momento em que a dívida pública está elevada deixaria o país em uma situação extremamente vulnerável. O ponto positivo para ele, é que, olhando para a posição fiscal do governo federal, muito já foi feito desde o governo Temer e são necessárias poucas medidas que dependem de aprovação do Congresso para conseguirmos colocar a razão dívida sobre o PIB em trajetória de queda. O Congresso brasileiro tem dado sinais de que não é de seu interesse ver o Brasil em uma trajetória de insolvência. Então, acreditamos que uma parte da agenda deva andar o que ajuda o Brasil a manter juros baixos e colocar a dívida em trajetória cadente. Em relação ao crescimento do PIB, esperamos uma aceleração no ano que vem como consequência do estímulo monetário e do payback (volta) de alguns setores que apresentaram comportamento atipicamente fraco em 2019, como a indústria extrativa. Apesar de uma aceleração no crescimento do PIB, as projeções do mercado indicam que a queda da taxa de desemprego deve ocorrer de forma muito lenta nos próximos trimestres, mantendo a ociosidade no mercado de trabalho elevada por um período longo. Nesse cenário, apesar da comunicação mais conservadora do BCB, a inflação baixa deve permitir que o Banco Central continuasse cortando os juros nas próximas reuniões. Neste sentido, o Comitê e Conselho Deliberativo decidem por manter posições atuais, haja vista cortes adicionais na SELIC nos próximos meses, podendo fazer com que ainda ocorram ganhos neste tipo de aplicação. Por fim, apesar de terem apresentado alguma melhora, as incertezas em relação ao crescimento global persistem. Ao mesmo tempo, os estímulos fiscais e monetários devem ser limitados. Os principais bancos centrais dos países desenvolvidos parecem precisar de uma deterioração significativa no cenário macroeconômico para entrarem em nova rodada de afrouxamento. Por outro lado, com a inflação corrente baixa e as expectativas beirando a desancoragem, um movimento de elevação de juros é ainda mais improvável, já que a atividade econômica brasileira continua sugerindo que a recuperação será gradual, apesar de alguns estímulos ao longo dos próximos meses. O consenso do mercado continua sendo de que o Copom irá reduzir a taxa SELIC para um intervalo entre 4,0% e 4,5% e permanecerá neste intervalo por um período prolongado.

Sub-segmento	Valor	%	Característica
GESTÃO DURATION	4.053.587,95	2,89%	→ GESTÃO DURATION - R\$ 4.053.587,95
IMA-B	1.900.069,92	1,35%	
IMA-GERAL EX-C	9.378.379,94	6,68%	→ LONGO PRAZO - R\$ 13.855.925,88
FIDC - ABERTO	2.577.476,02	1,83%	
IRF-M 1+	2.900.584,48	2,06%	
IDKA IPCA 3A	4.718.724,28	3,36%	→ MÉDIO PRAZO - R\$ 52.960.793,55
IMA-B 5	26.744.738,93	19,04%	
IDKA IPCA 2A	18.596.745,86	13,24%	
IRF-M 1	27.291.272,85	19,43%	
CDI	27.948.147,91	19,90%	→ CURTO PRAZO - R\$ 55.259.084,02
DISP. FINANCEIRA	19.663,26	0,01%	
AÇÕES - LIVRES	1.023.832,07	0,73%	→ AÇÕES - R\$ 1.023.832,07
MULTIMERCADO	9.782.338,18	6,96%	→ MULTIMERCADO - R\$ 9.782.338,18
FUNDO IMOBILIÁRIO	1.742.540,25	1,24%	→ FUNDO IMOBILIÁRIO - R\$ 1.742.540,25
FIP	1.792.932,96	1,28%	→ FIP - R\$ 1.792.932,96

Com relação aos investimentos do IPRESMAT, o portfólio rendeu 1,05% no mês de outubro, ou R\$ 1.462.847,70.

Mês	Saldo Anterior	Aplicações	Resgates	Saldo no Mês	Retorno (R\$)	Retorno (%)	Meta (%)	Gap (%)	VaR (%)
Janeiro	134.553.696,18	679.903,12	571.250,18	135.073.206,15	410.857,03	0,31%	0,87%	35,00%	0,29%
Fevereiro	135.073.206,15	371.581,40	219.697,75	136.037.169,19	812.079,39	0,60%	1,01%	59,69%	0,44%
Março	136.037.169,19	546.490,73	102.315,61	137.112.473,11	631.128,80	0,46%	1,21%	38,10%	0,47%
Abril	137.112.473,11	193.717,68	110.503,51	137.989.290,35	793.603,07	0,58%	1,09%	53,08%	0,28%
Maior	137.989.290,35	328.083,05	253.661,42	139.162.493,10	1.098.781,12	0,80%	0,66%	120,45%	0,31%
Junho	139.162.493,10	20.214.614,39	20.142.698,36	136.914.663,90	-2.319.745,23	-1,67%	0,45%	-369,96%	0,74%
Julho	136.914.663,90	458.884,07	363.341,90	137.948.096,35	937.890,28	0,68%	0,63%	108,01%	0,38%
Agosto	137.948.096,35	6.061.721,50	6.019.136,28	137.461.867,62	-528.813,95	-0,38%	0,63%	-60,77%	0,56%
Setembro	137.461.867,62	1.839.324,89	1.755.824,41	138.892.546,77	1.347.178,67	0,98%	0,44%	224,38%	0,53%
Outubro	138.892.546,77	3.967.617,99	3.871.640,86	140.451.371,60	1.462.847,70	1,05%	0,57%	183,54%	0,63%
					4.645.806,88	3,43%	7,83%	43,85%	

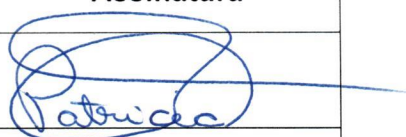
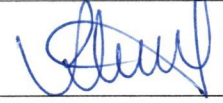


No acumulado do ano, de janeiro a outubro, o crescimento foi de 3,43%, ou R\$ 4.645.806,88. A meta atuarial, no mês de outubro oscilou positivamente 0,57 % e no acumulado do ano, de janeiro a outubro, o crescimento foi de 7,83 %. A meta atuarial do IPRESMAT é 6% ao ano acrescido da inflação medida pelo INPC – Índice Nacional de Preços ao Consumidor. O patrimônio Líquido encerrou o mês de outubro com R\$ 140.451.371,60, já considerando as aplicações e resgates no período. 2). Passando ao segundo item da reunião, a Sra. Patrícia pede ao Consultor para que explique aos presentes todos os pontos da minuta da Política de Investimentos para o exercício 2020, a qual já foi passada anteriormente, através de arquivo em PDF, pelo grupo do Comitê e Conselho Deliberativos no *WattsApp*. Voltando a palavra ao Consultor, ele mostrou o arquivo no telão e explicou item a item. A estrutura do material é muito parecida com a do exercício 2019, no entanto algumas alterações foram feitas, bem como o perfil de investidor, planos de contingenciamento, etc... Ficou a cargo de o Conselho deliberativo decidir o quadro de alocações estratégicas para 2020, o qual ficou aprovado, por unanimidade, da seguinte forma:

Segmento	Tipo de Ativo	Limite da Resolução CMN %	Posição Atual da Carteira (R\$) - 10/19	Posição Atual da Carteira (%) - 1019	Estratégia de Alocação - Política de Investimento de 2020		
					Limite Inferior (%)	Estratégia Alvo (%)	Limite Superior (%)
Renda Fixa	Títulos Públicos de emissão do TN – Art. 7º, I, "a"	100,00%					
	FI 100% títulos TN - Art. 7º, I, "b"	100,00%	91.530.516,26	65,17	15,00	25,00	70,00
	ETF - 100% Títulos Públicos - Art. 7º, I "c"	100,00%					
	Operações Compromissadas - Art. 7º, II	5,00%					
	FI Renda Fixa "Referenciado" - Art. 7º, III, Alínea "a"	60,00%			5,00	10,00	60,00
	ETF - Renda Fixa "Referenciado" - Art. 7º, III, Alínea "b"	60,00%					
	FI de Renda Fixa - Geral - Art. 7º, IV, Alínea "a"	40,00%	32.001.735,86	22,78	10,00	30,00	40,00
	ETF - Demais Indicadores de RF - Art. 7º, IV, Alínea "b"	40,00%					
	Letras Imobiliárias Garantidas - Art. 7º, V, Alínea "b"	20,00%					
	CDB - Certificados de Depósitos Bancários - Art. 7º, VI, Alínea "a"	15,00%					15,00
	Poupança - Art. 7º, VI, Alínea "b"	15,00%					
	FI em Direitos Creditórios - Cota Sênior Art. 7º, VII, "a"	5,00%	2.577.476,02	1,84	2,00	5,00	5,00
	FI Renda Fixa "Crédito Privado"- Art. 7º, VII, "b"	5,00%					5,00
	FI Debêntures de Infraestrutura - Art. 7º, VII, "c"	5,00%					5,00
Limite de Renda Fixa	100,00%	126.109.728	89,79	32,00	70,00	200,00	
Renda Variável e Estrut.	FI de Ações - Índices c/ no mínimo 50 ações - Art. 8º, I, "a"	30,00%					
	ETF - Índice de Ações (c/ no mínimo 50)- Art. 8º, I, "b"	30,00%					
	FI de Ações - Geral - Art. 8º, II, "a"	20,00%	1.023.832,07	0,73	7,00	10,00	20,00
	ETF - Demais Índices de Ações - Art. 8º, II, "b"	20,00%					
	FI Multimercado - Aberto - Art. 8º, III	10,00%	9.782.338,18	6,96	7,00	10,00	10,00
	FI em Participações - Art. 8º, IV, "a"	5,00%	1.792.932,96	1,28	2,00	5,00	5,00
	FI Imobiliário - Art. 8º, IV, "b"	5,00%	1.742.540,25	1,24	2,00	5,00	5,00
	FI em Ações - Mercado de Acesso - Art. 8º, IV, "c"	5,00%					
Limite de Renda Variável - Art. 8º, § 1º	30,00%	14.341.643,46	10,21	18,00	30,00	40,00	
Invest. No Exterior	FI de Renda Fixa - Dívida Externa - Art. 9ºA, I	10,00%					
	FI Constituídos no Brasil - Investimentos no Exterior - Art. 9ºA, II	10,00%					
	FI em Ações BDR Nível I - - Art. 9ºA, III	10,00%					
	Limite de Investimentos no Exterior - Art. 9º-A	10,00%					
Total da Carteira de Investimentos			140.451.371,60	100,00	40,00	100,00	240,00

Outro ponto em que o Consultor explicou aos participantes, o qual foi aprovado, foi o da Meta Atuarial a ser perseguida no ano de 2020, que, segundo ele, deverá ser a seguinte: "A Portaria MF nº 464/18 e a Portaria MF nº 17/19 determinaram uma nova forma de auferir a meta atuarial a ser buscada pelos investimentos e utilizada como taxa de desconto para apuração do valor presente dos fluxos de benefícios e contribuições do RPPS. Esta taxa, conforme determina o art. 26, da Portaria 464, "deverá ter, como limite máximo, o menor percentual dentre os seguintes: I - do valor esperado da rentabilidade futura dos investimentos dos ativos garantidores do RPPS, conforme meta prevista na política anual de investimentos aprovada pelo conselho deliberativo do regime; e II - da taxa de juros parâmetro cujo ponto da Estrutura a Termo de Taxa de Juros Média seja o mais próximo à duração do passivo do RPPS."

Considerando que (i) o histórico de rentabilidade projetada em anos anteriores foi de INPC (Índice Nacional de Preços ao Consumidor) + 6% a.a. (inciso I acima); e (ii) na ausência de estudo atuarial recente que atribua a duração média (duration) do passivo, o INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA SOCIAL DOS SERVIDORES PÚBLICOS DO MUNICÍPIO DE SÃO MATEUS DO SUL – IPRESMAT, utilizará a taxa de 5,89%, conforme anexo I da Portaria 17 (inciso II acima), a meta atuarial a ser perseguida pelo RPPS em 2020 , portanto, será de INPC+ 5,89%. Considerando a projeção de inflação medida pelo INPC para o ano de 2020 como sendo de 3,80% temos como meta atuarial projetada o valor de 9,91%.”

Por fim, o relatório mensal dos investimentos foi rubricado pelos presentes. Nada mais havendo a tratar e os temas da reunião aprovados por unanimidade, lavra-se a presente Ata que vai por mim assinada, Patrícia Molenda e demais membros presentes conforme lista de presença.

Nome	Cargo	Assinatura
Patrícia Schedolsky Molenda	Diretora Presidente – Comitê de Investimentos	
Emanuely Pinto Ponchek	Diretora Financeira Administrativa – Comitê de Investimentos	
Paula Vanessa Marques Mendes	Conselho Administrativo - Comitê de Investimentos	
Denise Maria Biesczad	Conselho Administrativo – Comitê de Investimentos	
Selma Carla Kuiawski Dvojatzki	Conselho Administrativo	Ausente
Maria Letícia Silva Tomaschitz	Conselho Administrativo	
Andrey Chaves Wactasvki	Conselho Administrativo	
Solange de Fátima Furtado Franco	Conselho Fiscal	
Edenilson Kujawa	Conselho Fiscal	Ausente
Welligton Alves Farias	Conselho Fiscal	Ausente